



**Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**  
Presidência do Conselho de Ministros

**III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-  
2017**

**Relatório intercalar de execução  
2015**

**Março 2016**

<b>I - Introdução</b>	<b>3</b>
<b>II - Nota metodológica</b>	<b>5</b>
<b>III - Implementação das áreas Estratégicas de Intervenção</b>	
<b>Área Estratégica 1- Prevenir</b>	<b>7</b>
<b>Área Estratégica 2- Integrar</b>	<b>31</b>
<b>Área Estratégica 3- Formar</b>	<b>36</b>
<b>Área Estratégica 4 – Conhecer</b>	<b>46</b>
<b>Área Estratégica 5 – Cooperar</b>	<b>49</b>
<b>IV - Grau de Execução do Plano: Síntese Avaliativa</b>	<b>54</b>

## **I - Introdução**

O III PAPEMGF - Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de Dezembro) deixa de estar inscrito no Plano Nacional para a Igualdade, passando a fazer parte integrante do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017. Esta opção assenta no entendimento que tem sido assumido internacionalmente de que a MGF constitui uma forma de violência de género, expresso nomeadamente pela sua inclusão na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

O III PAPEMGF manteve, no essencial, as principais linhas de ação do II, prevendo um reforço de intervenção em algumas medidas que se revelam estruturais para o desafio da erradicação da MGF, nomeadamente a formação e a capacitação de profissionais que, de alguma forma, podem ter contacto com a problemática da MGF, tendo-se introduzido formalmente no presente Programa de Ação novos intervenientes e grupos-alvo de formação, como sejam os(as) técnicos(as) das CPCJ e o pessoal não docente dos estabelecimentos de todos os níveis de ensino. Prevê, ainda, a criação de um grupo multidisciplinar específico para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde bem como o exercício do seu papel de pontos focais nos territórios de risco onde desenvolvem a sua atividade profissional.

O III Programa de Ação propõe-se igualmente atuar de um modo mais incisivo nas comunidades em risco, mobilizando de forma mais intensa as organizações não-governamentais, em especial as associações de imigrantes. Nesse sentido, e para além das entidades que compunham o grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do Programa anterior, vieram a integra-lo três associações de imigrantes representativas de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a MGF, designadamente a AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, a AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde e a Associação Balodiren.

Também a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Conselho Superior da Magistratura (CSM) estão agora representados neste grupo de trabalho, no qual intervêm, nos termos dos respetivos estatutos e no âmbito das suas atribuições.

Estas entidades vieram pois reforçar o grupo de trabalho constituído por representantes pelas seguintes organizações: Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Camões ICL, Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral de Educação (DGE), Direção-Geral de Políticas de Justiça (DGPJ), Escola da Polícia Judiciária (EPJ), Ministério da Administração Interna (MAI), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização Internacional para as Migrações (OIM); Associação para o Planeamento da Família (APF) e União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

## **II – Nota metodológica**

A recolha de informação efetuada, com o objetivo de produzir o presente relatório relativo à execução do III PAEMGF, no ano de 2015, consistiu na análise dos dados disponibilizados pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela sua execução, às quais se solicitou o preenchimento de um instrumento de monitorização concebido para o efeito. Para além dos indicadores que constam do próprio quadro de Áreas Estratégicas e Medidas do III PPEMGF, solicitaram-se informações complementares, que permitissem melhor compreensão das intervenções ocorridas no ano em apreço, designadamente, a indicação das entidades colaborantes nas ações, os públicos-alvo, os objetivos, os resultados alcançados e os impactos. Responderam à solicitação, as seguintes organizações: ACM, AJPAS, APF, Camões ICL, CNPCJR, CIG, CSM, Balodiren, DGS, DGE, DGPJ, EPJ, OIM, PGR e UMAR.

Importa referir que algumas entidades não completaram o preenchimento do referido instrumento ou não disponibilizaram informações complementares que permitissem dar resposta aos indicadores de resultados previstos no Programa de Ação.

Outras, designadamente a CPLP, o MAI, o IEFP e a AMRT não fizeram qualquer reporte. Em alguns casos pontuais, entendeu-se que algumas atividades desenvolvidas pelas entidades parceiras davam, substancialmente, resposta a medida(s) outra(s), que não apenas aquela que foi reportada, pelo que se procedeu à replicação do seu descritivo na(s) mesma(s).

No período compreendido entre o dia 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, o grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do III Programa de Ação para Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina reuniu por 3 vezes, nos dias 29 de janeiro, 20 de maio e 25 de setembro.

Nessas reuniões, fizeram-se pontos de situação relativamente à execução do III PPEMGF, tendo por referência as planificações anuais propostas pelas organizações que compõem o grupo de trabalho, com vista ao cumprimento das medidas do Programa de Ação calendarizadas para o ano de 2015.

Na medida em que, especialmente em 2015, se desenvolveram múltiplas atividades que concorreram para a execução de diversas medidas (em resultado de um forte investimento nas ações de carácter comunitário e em contexto de redes locais integradas), esse facto não será sempre evidenciado no descritivo das atividades, por se considerar que tal dificultaria a sua leitura.

As informações disponibilizadas, verbalmente, nas referidas reuniões pelas entidades, não foram consideradas para a elaboração do presente relatório.

Apresenta-se, seguidamente, a descrição sucinta das principais ações promovidas e reportadas pelas diferentes entidades, que integram o Grupo de Trabalho responsável pela implementação do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017.

### **III - Implementação das áreas Estratégicas de Intervenção**

#### **Área estratégica 1 – Prevenir**

- **Medida 1 - Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF.**

Nos meses de janeiro e fevereiro, a UMAR realizou um conjunto de reuniões de trabalho sobre a temática da MGF com as seguintes entidades: Escola Secundária do Monte de Caparica (Almada); Escola Secundária com 3º ciclo de Francisco Simões (Almada); PSP do Laranjeiro; PSP da Baixa da Banheira; GNR da Moita; GNR – Destacamento Territorial de Almada; Ministério Público da Moita; Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira; Junta de Freguesia de Alhos Vedros; ACES Almada – Seixal / UCC A Outra Margem; Hospital Garcia de Orta; CLAII do Laranjeiro (Almada); CLAII da Moita; Escola Secundária Ruy Luís Gomes (Almada); AlmadaForma - Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada. Foram interlocutores/as nestas reuniões, docentes (6 mulheres); órgãos de polícia criminal (3 mulheres); profissionais de saúde ou que trabalham em unidades de saúde (6 mulheres); magistrados/as (1 mulher); representantes de Juntas de Freguesia (3 homens); técnicas/os de CLAII (2 mulheres), totalizando 18 mulheres e 3 homens.

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e a CIG promoveram, no dia 6 de fevereiro de 2015, uma sessão evocativa do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, no Hospital de São Francisco Xavier, em Lisboa.

O evento teve como conferência de enquadramento duas intervenções de carácter formativo, particularmente dirigidas a profissionais de saúde daquele hospital, bem como a discentes dos

curso de pós-graduação em MGF, a decorrer na ESEL e ESS/IPS, entre outros, dinamizadas pela representante da DGS no grupo de trabalho e por duas profissionais de saúde que, tendo frequentado a 1ª edição do curso de pós-graduação em Mutilação Genital Feminina realizada em 2013 (no âmbito de protocolo celebrado entre CIG, DGS, ESEL e APF), se encontravam a desenvolver um projeto no território de Odivelas e no âmbito da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas, da qual são parte integrante também a UMAR e o Movimento Musqueba (este último, distinguido pela II edição do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”), promovido pela CIG. Estiveram presentes neste evento cerca de 120 pessoas. Esta atividade dá igualmente cumprimento à Medida 13.

A UMAR, bem como a APF e o Movimento Musqueba, participaram, a 12 de fevereiro, na ação “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos e Direitos Humanos”, promovida pela Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas. A iniciativa teve lugar no ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas e nela estiveram presentes 30 mulheres e 10 homens.

Em março, a CIG realizou uma ação de formação, com a duração de 39 horas, dirigida a coordenadores/as de zona e responsáveis de gabinete da Gebalis - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, intitulada “Igualdade de Género, Violência de género e Violência Doméstica”. Um dos módulos, dinamizado no dia 3 de março, foi subordinado exclusivamente à temática da Mutilação Genital Feminina.

Frequentaram esta ação coordenadores/as e técnicos/as dos gabinetes de bairro da Gebalis, num total de 25 pessoas (23 mulheres e 2 homens).

A Associação Balodiren, distinguida pelo prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, promoveu um *workshop* sobre Mutilação Genital Feminina. Esta ação teve lugar no dia 14 de março de 2015, no Auditório da Junta de Freguesia de São Marcos, e contou com a presença de público diversificado, desde imigrantes, técnicas da União das Freguesias de Cacém-São Marcos, assim como com o Vereador do Departamento de Acção Social e Habitação da Câmara Municipal de Sintra e do Presidente da União das Freguesias de Cacém-São Marcos.



Entre os meses de março e maio, a UMAR, no âmbito do projeto IÁ-IÁ, realizou mais um conjunto diversificado de reuniões, envolvendo diversos profissionais (saúde, ensino, segurança, justiça...) que trabalham nos concelhos de Almada e Moita. Essas reuniões tiveram lugar com interlocutores das seguintes organizações: Escola EBI/JI Chegadinho; UCSP Moita; Centro de Formação de Escolas do Barreiro e Moita; Escola Básica 2,3 do Vale da Amoreira; Centro Hospitalar Barreiro Montijo; Centro Social e Paroquial Padre Ricardo Gameiro, Projeto Agir; Centro Social Paroquial de Cristo Rei; UCSP Alhos Vedros; Agrupamento de Escolas João de Barros (Seixal) e CPCJ de Almada. No que concerne a ações de sensibilização propriamente ditas, elas abrangeram docentes (5 mulheres e 2 homens); educadoras de infância (5 mulheres); Órgãos de Polícia Criminal (2 mulheres e 3 homens); profissionais de saúde ou que trabalham em unidades de saúde (7 mulheres e 1 homem); representantes de Câmaras Municipais (3 mulheres); técnicas/os de CLAI (7 mulheres e 1 homem); CPCJ (2 mulheres); representantes de IPSS (5 mulheres). Enquadra-se ainda nesta medida a realização, no dia 30 de abril, do Fórum *Violência de Género em Debate* (com incidência na violência doméstica e MGF) para encarregados/as de educação do Agrupamento de Escolas Francisco Simões. Foram abrangidas 16 pessoas (15 mulheres e 1 homem). No total, a UMAR registou a participação de 59 pessoas (51 mulheres e 8 homens) nas ações de formação promovidas no âmbito do projeto supracitado.

A AJPAS, no âmbito do projeto “AmaDirHum “ - Intervenção Integrada contra a MGF”, promovido pela AJPAS em parceria com a Câmara Municipal da Amadora, tendo como objetivo integrar a temática da MGF no Plano Municipal Contra a Violência da Amadora (da CMA) (procurando o envolvimento/comprometimento das entidades sediadas/com trabalho na Amadora nesta temática), realizou um conjunto alargado de sessões de sensibilização naquele concelho, designadamente:

Em abril, promoveu um encontro de trabalho intitulado “Uma Abordagem à Mutilação Genital Feminina, na Biblioteca Municipal da Amadora, com a presença de 31 participantes (26 mulheres e 5 homens), bem como uma sessão de formação sobre MGF para Órgãos de Polícia Criminal na Esquadra da Reboleira. Estiveram presentes 20 agentes (19 homens e 1 mulher) de 6 esquadras (60.<sup>a</sup>, 61.<sup>a</sup>, 63.<sup>a</sup>, 64.<sup>a</sup>, 65.<sup>a</sup> e 67.<sup>a</sup>), bem como ainda da Equipa de Investigação Criminal do Comando da Amadora. A EPJ colaborou na dinamização.

A Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Saúde, em parceria com o ACES - Agrupamento de Centros de Saúde de Almada-Seixal (por iniciativa de profissionais de saúde, pós-graduados naquela instituição), realizaram uma ação de sensibilização sobre MGF dirigida a parceiros na comunidade no dia 23 de abril, a qual contou com a presença de 30 participantes. No dia 30 do mesmo mês, promoveram nova sessão desta feita dirigida a 25 profissionais de saúde do ACES Almada – Seixal.

No dia 20 de junho, realizou-se o Encontro “Mutilação Genital Feminina – a voz da comunidade”, na sede da AJPAS (Venda Nova), com a presença de 14 pessoas (5 homens e 9 mulheres); Ainda nesse mês (dia 29) a AJPAS promoveu o Encontro “Mutilação Genital Feminina – conhecer para melhor intervir” na Segurança Social da Amadora. Estiveram presentes 8 pessoas, todas mulheres.

A AJPAS veio ainda a integrar a rede de entidades que participam no Observatório da Violência da Amadora, da Câmara Municipal da Amadora, bem como ainda no Grupo de trabalho sobre MGF criado pela CPCJ da Amadora no âmbito do Plano Municipal contra os Maus-Tratos contra Crianças. Nesse âmbito deu-se início à elaboração do Protocolo Municipal contra a MGF, da Amadora.

No segundo semestre, a UMAR prosseguiu com múltiplas reuniões de trabalho/debates e ações de sensibilização na margem sul. Assim, reuniu com profissionais de diferentes sectores que trabalham no distrito de Setúbal, bem como no concelho de Loures, designadamente: Jardim de Infância 1º de maio (Almada), ACES Almada Seixal, Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, CPCJ Seixal, Câmara Municipal de Loures, Agrupamento de Escolas Francisco Simões – Almada, UCC de Almada – Outra Margem, Câmara Municipal de Loures, Pastoral dos Ciganos, Igreja Filadélfia, Projeto Djinopi (na Guiné-Bissau), CFAESEIXAL - Centro de Formação de Escolas do Concelho do Seixal e UCC do Seixal.

No mesmo período, a UMAR desenvolveu 10 ações de sensibilização junto de diferentes profissionais que trabalham nos distritos de Setúbal e Beja (Odemira), as quais se passam a enumerar:

- 1) Ação de sensibilização *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção I* para membros da RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral (rede interconcelhia – concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines). Participaram nesta ação representantes da Associação Intervir.com; Câmara Municipal de Grândola; Câmara Municipal de Santiago do Cacém; Câmara Municipal de Sines; Centro Distrital de Segurança Social de Sines e de Santiago do Cacém; Centro de Saúde de Alcácer do Sal; CPCJ Grândola; CPCJ Odemira; Escola Superior de Saúde de Setúbal; Associação TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado para o Concelho de Odemira; ULSLA, bem como ainda da UMAR. Estiveram presentes 18 membros da RIVDAL (16 mulheres e 2 homens);
- 2) Ação de sensibilização para militares da GNR (em Alcochete). Esta ação contou com a presença de 19 pessoas (3 mulheres e 16 homens);
- 3) Ação de sensibilização para comissários/as da CPCJ Almada, com 23 pessoas presentes (20 mulheres e 3 homens);
- 4) Ação de sensibilização para 33 militares da GNR, em Almada (5 mulheres e 28 homens);
- 5) Ação de sensibilização para 10 comissários/as da CPCJ Seixal (9 mulheres e 1 homem);
- 6) Ação de Sensibilização *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção II* para membros da RIVDAL – Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral. Esta ação, realizada em Alcácer do Sal, deu continuidade a uma primeira ação ministrada a 29 de junho em Santiago do Cacém, tendo ambas sido dinamizadas pelo IÁ-IÁ, em colaboração com a coordenadora do curso de Pós-Graduação sobre MGF ocorrido em 2015 na Escola Superior de Saúde/Instituto Politécnico de Setúbal (no âmbito de protocolo firmado com a CIG, DGS e APF). Estiveram presentes 24 pessoas (22 mulheres e 2 homens);

7) Ação de Sensibilização *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção* ministrada para profissionais da UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alhos Vedros (Moita), na qual estiveram presentes 10 mulheres.

8) Ação de Sensibilização *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos* para técnicos/as do NLI de Sines. Foram conduzidas 2 ações: uma com 19 pessoas presentes (17 mulheres e 2 homens) e outra com 10 pessoas (9 mulheres e 1 homem).

9) Ação de Sensibilização *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos* para técnicos/as do NLI Grândola (10h-13h). Estiveram presentes 17 pessoas (sexo feminino).

10) Ação de sensibilização *Práticas Tradicionais Nefastas* (16h-18h) para utentes e ex-utentes da Fundação Madre Sacramento - Lar Jorbalán. A ação realizou-se no Centro de Cultura e Intervenção Feminista/sede da UMAR (Lisboa) e estiveram presentes 5 (ex-) utentes; 2 voluntárias e 1 técnica do Lar e 1 técnica da UMAR (para além da equipa do IÁ-IÁ e de uma consultora de projetos sobre MGF na Guiné-Bissau).

Estas ações de sensibilização, na medida em que se dirigem a uma multiplicidade de profissionais, dão igualmente resposta a várias medidas da Área Estratégica 3 - Formar.

No dia 25 de novembro de 2015, por ocasião da celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a CIG participou em Encontro promovido pela Câmara Municipal do Seixal, tendo dinamizado um painel dedicado especificamente à problemática da Mutilação Genital Feminina. Este evento integrou ainda a 54.<sup>a</sup> reunião plenária ordinária da Rede Social do Conselho Local de Ação Social do Seixal, tendo mobilizado um conjunto muito diversificado de participantes. A UMAR esteve também presente, tendo apresentado o projeto IÁ-IÁ, apoiado pela CIG, a decorrer no distrito de Setúbal.

A Associação Balodiren promoveu uma ação de sensibilização junto da comunidade islâmica do Cacém, sobre a temática da Mutilação Genital Feminina, distribuindo folhetos informativos. Esta

iniciativa decorre do acordo estabelecido com a União das Freguesias do Cacém e São Marcos e teve lugar no dia 19 de dezembro de 2015, junto à Mesquita do Cacém.

- **Medida 2 - Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.**

A Associação Balodiren reuniu, no dia 4 de fevereiro, com uma técnica da Junta de Freguesia de Queluz Belas, com vista a explorar possibilidades de colaboração entre a associação e a JF Queluz Belas através de projetos concretos ligado a MGF.

Relativamente ao período em apreço, a APF reportou um conjunto de atividades nas quais participou no âmbito de um trabalho concertado e em rede entre várias entidades, iniciado no ano transato entre a APF, a UMAR, a Morabeza e o Movimento Musqueba. Esta rede está aberta à participação/inclusão de outras organizações, interessadas em explorar a temática junto das comunidades. No âmbito da referida rede ocorreram as seguintes ações:

No dia 6 de fevereiro, a APF apresentou e disseminou o vídeo/campanha *Flash Mob*, tendo-se realizado outras ações comunitárias no mesmo dia. Realizou, no dia 25 de fevereiro, uma ação de sensibilização sobre MGF direcionada a jovens e a pessoas de comunidades afetadas, na qual participaram 20 pessoas. Destaca-se ainda a ação “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos e Direitos Humanos”, promovida pela Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas (vide Medida 1).

Ainda no primeiro trimestre, a APF promoveu um curso de formação para mediadores/as das comunidades em risco (9 mediadores/as), encontrando-se os mesmos disponíveis para atuar na sensibilização para este tema.

A DGS realizou ação de formação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, destinada a membros de associações de imigrantes em zonas geográficas afetadas pela MGF, designadamente, Cacém,

Mercês e Lumiar, no dia 23 de fevereiro, a convite da APF e na qual participaram 6 homens e 4 mulheres guineenses.

O Movimento Musqueba, no âmbito do projeto “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina”, também ele distinguido na II edição do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, promovido pela CIG, dinamizou uma ação de formação intitulada “Intervenção comunitária - Direitos Humanos e da Mulher e Mutilação Genital Feminina”, com a colaboração do Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica e UMAR. Esta ação teve como objetivo munir as/os participantes de conhecimentos e ferramentas acerca de tópicos como Direitos Humanos e da Mulher, Cultura/Tradição e Práticas tradicionais nefastas, permitindo a aquisição de competências pessoais e sociais que lhes permitam desenvolver um programa de intervenção comunitária e trabalhar como mediadoras/es na comunidade da Damaia. Decorreu entre os dias 22 de fevereiro e 5 de abril de 2015.

O projeto AmaDirHum - rede de intervenção integrada contra a MGF”, promovido pela AJPAS, assumiu como um dos seus objetivos primordiais a integração da temática da MGF no Plano Municipal Contra a Violência da Amadora (tendo a Câmara Municipal da Amadora como parceira), envolvendo deste modo as entidades sediadas naquele concelho nesta temática. Nesse sentido, a associação veio a promover várias ações de sensibilização.

Destaca-se um encontro de trabalho intitulado “Uma Abordagem à Mutilação Genital Feminina”, realizado no dia 23 de abril, na Biblioteca Municipal da Amadora. Este evento contou com a presença de 31 participantes pertencentes a múltiplas organizações locais (26 mulheres e 5 homens). Destaca-se ainda um encontro intitulado “Mutilação Genital Feminina – Vozes de Mudança”, com a presença de Fatumada Dau Baldé e do Prof. Malan Djassi, no dia 26 de maio, na Amadora. Estiveram presentes neste evento 47 participantes (24 mulheres e 23 homens).

Ainda no âmbito do projeto “AmaDirHum”, a AJPAS integrou a rede de entidades que participam no Observatório da Violência da Amadora, da Câmara Municipal da Amadora, tendo marcado presença em reunião da mesma. A associação integrou ainda o grupo de trabalho sobre MGF criado pela CPCJ da Amadora, no âmbito do Plano Municipal contra os Maus-Tratos contra

Crianças, tendo nessa circunstância participado nas reuniões do referido grupo, dando início à elaboração do Protocolo Municipal contra a MGF, da Amadora.

O projeto (A)vozes contra a MGF, promovido pela AJPAS e distinguido na II edição do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro” promovido pela CIG, iniciou-se em janeiro.

Nesse mês, foram realizados contactos no sentido da criação da rede de maiores, com o estabelecimento de uma parceria com a Associação dos Filhos e Amigos de Farim.

No âmbito deste projeto, a AJPAS, em parceria com a P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento, acolheu, entre os dias 18 de maio e 2 de junho, uma Missão composta pela Presidente e Vice-presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança (CNAPN) da Guiné-Bissau, respetivamente Fatumata Djau Baldé e Prof. Malan Djassi. Esta Missão contou com o apoio da Cooperação Portuguesa, através da Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau.

Para além do trabalho com as comunidades e com os líderes religiosos, foram identificadas pessoas chave para o filme que o projeto se encontra a desenvolver no âmbito do projeto supracitado (vide medida 4). O calendário da Missão foi muito intenso e diversificado, tendo-se realizado um total de 20 reuniões, com as seguintes organizações: CIG, Subcomissão Parlamentar de Igualdade, Procuradora da República do Tribunal da Amadora, Câmara Municipal da Amadora, CPCJ da Amadora, Camões ICL, Plataforma das ONGD, Centros de Saúde, líderes religiosos das Mercês, Reboleira e Damaia, docentes e educadores/as, bem como com comunidades e líderes religiosos de Amadora, Reboleira, Cacém, Damaia e Centro Islâmico, entre outras. Ocorreram ainda reuniões fora do concelho da Amadora (área de intervenção do projeto), designadamente no Vale da Amoreira (Moita) e Adroana (Cascais). A CIG colaborou na mobilização de ONG, que desenvolvem projetos comunitários sobre MGF, para a participação em alguns dos eventos da Missão, sendo de destacar a participação da UMAR, APF, Musqueba e Teatro do Oprimido de Lisboa. Recorde-se que o projeto “Avo(zes) contra a MGF” tem como objetivo mobilizar e comprometer pessoas mais velhas/líderes, anciãos e anciãos, de comunidades tradicionalmente praticantes da MGF residentes na zona da Grande Lisboa, para serem agentes e protagonistas nos esforços para a eliminação da MGF.

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa (GTO-LX), distinguido na II edição do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro” atribuído pela CIG, promoveu um encontro entre a presidente do CNAPN e líder religioso Malan Djassi com membros da comunidade muçulmana no Vale da Amoreira, associando-se desta forma à Missão promovida pela AJPAS e a P&D Factor. Nesse encontro, estiveram presentes 35 pessoas (25 homens e 10 mulheres). Da mesma forma, o GTO-LX potenciou um encontro entre aqueles interlocutores privilegiados e 5 jovens raparigas, estudantes da escola ESBB no Vale da Amoreira.

Ainda no âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, o GTO-LX reuniu periodicamente com a Unidade de Saúde Familiar do Vale da Amoreira, no sentido de manifestar apoio integral a jovens excisadas.

Um dos principais objetivos do projeto IÁ-IÁ, promovido pela UMAR, consiste na criação de uma estrutura local de intervenção especializada na MGF/CGF, no concelho de Almada e da Moita, com identificação de pontos focais para a MGF nas várias organizações. Tem-se, pois, procurado organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores privilegiados em Almada (por via da CPCJ) e no Seixal (por via da CPCJ e autarquia), sendo pretensão do projeto que a CPCJ Seixal crie um grupo de trabalho sobre MGF à semelhança do que aconteceu na CPCJ Almada.

Como descrito nas Medidas 1 e 31, foram realizadas ações de sensibilização e de formação sobre o tema da MGF com as CPCJ (Comissão Alargada) de Almada e Seixal (nesta ação estiveram presentes representantes da autarquia que reiteraram a necessidade de reunir com a equipa do projeto IÁ-IÁ para a definição de uma estratégia local). No seguimento do trabalho que o IÁ-IÁ tem vindo a desenvolver no concelho do Seixal, o projeto participou, no dia 25 de novembro, na 54.ª reunião plenária do Conselho Local de Ação Social do Seixal, no âmbito das comemorações do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres. Este evento culminou com um painel sobre Mutilação Genital Feminina.



A equipa do IÁ-Á (UMAR) tem colaborado com a RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral (concelhos de Grândola, Sines, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Odemira), no sentido desta rede interconcelhia alargar a sua esfera de intervenção com vista a abarcar também a MGF. A UMAR é uma das entidades que faz parte desta rede.

A UMAR iniciou em outubro os trabalhos de preparação de um Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF. No âmbito da preparação deste Encontro, estabeleceu parceria com a Câmara Municipal da Amadora e a AJPAS. A partir de novembro, realizaram-se várias reuniões alargadas com vista à sua organização. Constituiu-se uma Comissão Organizadora do referido encontro constituída por um conjunto alargado de organizações, a saber, CIG, ACM, Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal de Lisboa, P&D Factor, AEGBL, Movimento Musqueba; Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa; Associação Solidariedade Imigrante e APF.

A DGE reportou que as atividades a desenvolver (ou desenvolvidas) no âmbito desta medida, podem ser concebidas e concretizadas ao nível das escolas, que, no quadro da sua autonomia, estabelecem parcerias com a comunidade.

- **Medida 3 - Incentivar e apoiar as organizações não-governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.**

Iniciaram-se a 1 de janeiro de 2015 os projetos distinguidos pelo Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, iniciativa promovida pela CIG, com a colaboração do ACM e DGS. Trata-se dos seguintes projetos:

- Projeto “Jovens com(n) Tradição”, promovido pelo Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, tendo como contexto de intervenção Vale da Amoreira/Moita ;

- Projeto “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina”, promovido pelo Movimento Musqueba, tendo como contexto de intervenção Damaia/ Amadora;
- Projeto “Avo(zes) contra a MGF”, promovido pela AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária Desenvolvimento Social e de Saúde, tendo como contexto de intervenção Amadora, Sintra.

No período em apreço, a CIG e o ACM procederam ao acompanhamento e monitorização dos referidos projetos, os quais dão resposta a inúmeras medidas no III PAPEMGF. Todos eles vieram a estabelecer parcerias com entidades que integram o grupo de trabalho responsável pela implementação do Programa de Ação, com o objetivo de unir esforços e maximizar recursos.

Todos estes projetos vieram a beneficiar de prorrogação de prazo até 25 de abril de 2016.

Foi assinado, no dia 18 de fevereiro de 2015, um contrato de parceria e de apoio entre a Associação Balodiren e a União das Freguesias do Cacém e São Marcos. Esta iniciativa visa possibilitar uma intervenção da Balodiren nas referidas Freguesias sobre a temática da Mutilação Genital Feminina.

No âmbito do projeto IÁ-IÁ, a UMAR realizou reuniões com CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes do Laranjeiro (Almada) e CLAII da Moita. Realizou ainda reuniões com associações de outros concelhos, designadamente com o Movimento Musqueba; Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa e a APF. Foram abrangidos/as com estas reuniões: técnicas/os de CLAII (2 mulheres); representantes de ONG/associações de imigrantes: (4 mulheres e 1 homem), totalizando 6 mulheres e 1 homem. Dinamizou ainda, no dia 19 de fevereiro, na sede da APF, uma sessão sobre “Direitos Humanos e Igualdade de Género” no âmbito do projeto *REPLACE* da APF. Estiveram presentes 5 mulheres e 5 homens, alguns/algumas das quais pertencentes às seguintes organizações: Movimento Musqueba; Associação de Filhos e Amigos de Bula; Associação de Filhos e Amigos de Farim.

A UMAR promoveu ainda reuniões com representantes de ONG/associações de imigrantes dos concelhos de Almada e Moita, designadamente com as seguintes entidades: projeto *MGF*,

Não//OGA; Centro Social e Paroquial Padre Ricardo Gameiro (Almada); Projeto Djinopi - ONG Target; AJPAS e ACM.

A Balodiren assinou um protocolo de Acordo com a Câmara Municipal de Sintra, no dia 6 de março de 2015, no âmbito do qual aquele município se disponibiliza a financiar projetos propostos pela associação, nos domínios da igualdade de género, direitos humanos e da cidadania.

O ACM manteve a previsão de linha de financiamento do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) - que visa apoiar iniciativas desenvolvidas no âmbito do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina - para eventual apoio, mediante aprovação de candidaturas que venham a ser apresentadas pelas associações de imigrantes. Contudo, no ano em apreço, não houve nenhuma associação apoiada pelo PAAI/GATAI, que tenha tido atividades no âmbito do combate à MGF.

O GTO LX, no âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição” reuniu no 1º trimestre com a Associação Cabo Verde (a qual acolhe o CLAI, no Vale da Amoreira), na qual se desenvolvem atividades dirigidas à comunidade guineense no bairro. Nessa reunião, o GTO LX apresentou o projeto e as atividades a desenvolver, tendo-se acordado possibilidades de colaboração. O GTO LX reuniu ainda com a OGA – Obra Gay Associação, sobre as atividades de ambos os projetos a decorrer no bairro do Vale da Amoreira, discutindo-se possibilidades de colaboração em eventos específicos. A associação colaborou ainda no Projeto MGF – Muda Gosi Fasil, promovido pela Câmara Municipal de Cascais, nomeadamente abordando o tema das tradições culturais junto de um grupo de jovens (35 raparigas, 10 rapazes).

O projeto da UMAR tem como um dos seus objetivos a realização de atividades de sensibilização/prevenção de práticas tradicionais nocivas com ONG/associações de imigrantes dos concelhos de Almada e Moita. Nesse sentido, dinamizou, no dia 1 de março, uma sessão, no Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica (Reboleira/Amadora), sobre “Direitos Humanos e Igualdade de Género” no âmbito do projeto “Em Rede contra a Mutilação

Genital Feminina" do Movimento Musqueba. Destaca-se ainda uma ação de sensibilização sobre "Violência de Género", no dia 15 de abril, no qual se integrou a temática da MGF. Participaram, no total destas duas ações, 9 mulheres e 8 homens.

No segundo semestre, a UMAR procurou envolver no projeto múltiplas associações de intervenção comunitária, em particular associações de imigrantes, tendo em vista o incremento do número de projetos na comunidade sobre MGF, tendo apoiado 8 associações (ADL – Associação Desenvolvimento do Litoral Alentejano; Associação Inter.com; TAIPA.GAVA; Associação Cabo-verdiana; CRIAR-T; Centro Comunitário Foz do Tejo; Centro Comunitário da Arrentela; Fundação Madre Sacramento - Lar Jorbalán).

- **Medida 4 - Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.**

A UMAR, a APF e o Movimento Musqueba produziram um comunicado alusivo ao dia 6 de fevereiro (2015). O comunicado foi distribuído na ação conjunta, levada a cabo nesse dia, nos terminais fluviais do Cais do Sodré e Terreiro do Paço, em Lisboa. Foram distribuídos 300 comunicados.

A CIG manteve a distribuição dos folhetos "Diga Não à Excisão" (versão portuguesa e em crioulo), junto das entidades que o solicitam, bem como procedeu à sua disseminação em eventos próprios ou outros dirigidos a grupos-alvo relevantes para a problemática.

A CIG iniciou a tradução e adaptação de um manual sobre MGF intitulado "MGF – Guide à l'usage des professions concernées", da autoria da GAMS Belgique (Groupe pour l'abolition des mutilations sexuelles). Este manual facultava informação útil aos vários profissionais que poderão ter contacto com a MGF, bem como assume ainda o carácter de recurso técnico-pedagógico, na medida em que disponibiliza propostas de exercícios, métodos e técnicas, específicos para a atuação dos diversos profissionais. Foi constituído um grupo de trabalho para o desenvolvimento desta tarefa, coordenado pela CIG e constituído pela CIG, CSM, DGS, CNPCJR, EPJ e MAI. Este grupo de trabalho procedeu à revisão dos conteúdos do referido material.

A Musqueba disseminou materiais informativos e formativos sobre MGF na ação de formação "Intervenção comunitária - Direitos Humanos e da Mulher e Mutilação Genital Feminina" que decorreu entre os dias 22 de fevereiro e 5 de abril de 2015, com a colaboração do Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica e UMAR (vide Medidas 2 e 15).

A UMAR procedeu à disseminação de materiais informativos e formativos elaborados por outras organizações (governamentais e não governamentais), designadamente: cartaz e folhetos (português/crioulo) "Não à Excisão" que foram fornecidos a todas as entidades com quem o projeto IÁ-IÁ reuniu (vide Medida 1); em todas as ações de sensibilização (vide Medida 3) e formação (vide Medida 28) realizadas no período em apreço. No total, disseminou 26 cartazes, 375 folhetos (português) e 115 folhetos (crioulo GB).

Foram disseminados ainda pela UMAR materiais informativos e formativos elaborados/compilados pelo IÁ-IÁ (exemplo: listagem de pontos focais para a MGF em hospitais e unidades de saúde do distrito de Setúbal, lista de OPC com formação sobre MGF; Tipologia MGF da OMS, etc.) e por outras organizações (não governamentais e governamentais) como o cartaz e folhetos (português/crioulo) "Não à Excisão". A página oficial e o facebook do projeto IÁ-IÁ divulgaram diversos conteúdos informativos sobre a temática da MGF.

No âmbito da Missão, apoiada pela AJPAS e Camões ICL, composta pela Presidente e Vice-presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança (CNAPN) da Guiné-Bissau, respetivamente Fatumata Djau Baldé e Prof. Malan Djassi (Vide Medida 2), procedeu-se à gravação dos seus testemunhos para um filme que o projeto se encontra a produzir e que consiste na compilação de testemunhos de velhos/as das comunidades (filme "vozes contra a MGF"). Um recurso que pretende constituir um instrumento de trabalho e simultaneamente de tomada de posição contra a MGF. Este material encontra-se a ser finalizado.

O GTO X, no âmbito do projeto "Jovens com(n) Tradição", procedeu à distribuição regular de folhetos "Diga não à excisão" a aluno/as, auxiliares e docentes, em vários espaços da Escola Secundária da Baixa da Banheira, bem como afixou *posters*. Disponibilizou ainda livros sobre

MGF na biblioteca da escola e promoveu uma mostra de vídeos informativos e *links* de sites informativos.

Durante o período em apreço, o *Manual de Procedimentos para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, elaborado pela CNPCJR e disseminado por todas as CPCJ em PDF, foi revisto para publicação em papel, encontrando-se esta tarefa praticamente finalizada.

No último trimestre, a CIG desencadeou procedimentos com vista à reedição atualizada do folheto “Diga Não à Excisão”, no que concerne designadamente ao conteúdo relativo à moldura penal aplicável, entretanto alterada, com vista à sua distribuição no Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina a ter lugar por ocasião do Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, em 2016. O CSM colaborou nesta tarefa.

- **Medida 5 - Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.**

Segundo informação da DGE, o Referencial de Promoção e Educação para a Saúde encontra-se em fase de conclusão. A DGS tem participado na elaboração do referido referencial, intitulado “Afetos e Educação para a Sexualidade”.

A DGE procedeu à análise dos dados recolhidos através da aplicação do inquérito PAPES - *Programa de Apoio a Projetos de Educação para a Saúde (PAPES)* entre setembro e outubro de 2014 ao universo de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e escolas particulares e cooperativas em regime de contrato de associação, relativo às atividades a desenvolver durante o ano letivo 2015-2016, tendo-se verificado que, e no que diz respeito à temática da MGF, ela foi abordada em 299 projetos, no âmbito da Saúde Mental e Prevenção da Violência, considerando todos os níveis de ensino.

Em dezembro, a DGS publicou o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, no qual consta o rastreio de grávidas com MGF, como área de intervenção.

- **Medida 6 - Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.**

A UMAR realizou ações de sensibilização sobre MGF no Agrupamento de Escolas Francisco Simões (Almada): “Direitos Humanos e Violência de Género” e “Direitos Humanos e Igualdade de Género”. Nestas ações, participaram 37 discentes (29 raparigas; 8 rapazes).

Com vista à intervenção do projeto IÁ-IÁ no 1º período do ano letivo 2015/2016, e com vista ao início da ação de formação de docentes, realizaram-se reuniões com representante do Agrupamento de Escolas Francisco Simões (Almada).

Foram desenvolvidos contactos com outras escolas no sentido de se poderem desenvolver trabalhos com discentes (a partir do 9º ano), a saber: Escola António Gedeão (Feijó/Almada); Escola Básica 2/3 do Monte de Caparica (Almada); e Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina (Almada);

Na sequência da ação de formação *Violência de Género e Práticas Tradicionais Nefastas – Compreender para Intervir*, decorrida no Agrupamento de Escolas Francisco Simões (Almada), a equipa do IÁ-IÁ entregou, com o apoio da CIG, um conjunto de livros e materiais sobre igualdade de género, violência de género, direitos humanos/direitos das mulheres, ao Agrupamento de Escolas Francisco Simões e à Escola Secundária de Cacilhas-Tejo (Almada). Estes materiais constituirão, assim, um recurso importante quer para educadores/as e docentes, quer para discentes.

A UMAR, através do projeto IÁ-IÁ, acolheu, de 27 de fevereiro a 30 de junho, o estágio de um aluno finalista da Licenciatura em Estudos Africanos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O estágio (e conseqüentemente o relatório de estágio) teve como mote a temática da MGF. O aluno compôs ainda uma música sobre MGF.

No dia 10 de julho, o GTO LX, no âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, participou no encontro “Escola dos Afetos, região de Setúbal”, realizado na Baixa da Banheira, com

dinamização de sessão sobre como abordar a questão da MGF através de técnicas artísticas/pedagógicas nas escolas. Estiveram presentes cerca de 300 docentes.

- **Medida 7 - Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos *currícula* académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.**

Na sequência de protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, realizou-se o 2º curso de pós-graduação especializada em Mutilação Genital Feminina, em Lisboa, intitulado “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”. Na sequência de protocolo assinado entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, teve lugar a 1ª edição do mesmo curso em Setúbal, intitulado “Saúde Sexual e Reprodutiva: Mutilação Genital Feminina”. Os cursos tiveram uma duração de 162 horas.

Estes cursos vieram a desenvolver-se entre janeiro e junho de 2015. No total frequentaram estes cursos 64 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as (60 mulheres e 4 homens) em atividade nalguns dos equipamentos de saúde da área da Grande Lisboa e do distrito de Setúbal, em particular nas áreas geográficas de maior risco de MGF.

Estes cursos dão igualmente resposta à Medida 21.

- **Medida 8 - Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto violação dos Direitos Humanos de mulheres e meninas, nos meios de comunicação social.**

A DGS concedeu entrevistas aos jornais “Público” e “Sol”, por ocasião do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, nos dias 4 e 6 de fevereiro, respetivamente.

O Camões ICL deu contributos para notícia/artigo, publicado no jornal “O Público”, no dia 10 de março, tendo ainda ocorrido nas suas instalações uma entrevista concedida pela Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau, Fatumata Djau Baldé, à Revista Máxima, publicada em agosto.



Em novembro, a CIG concedeu uma entrevista à Rádio ONU, na qual fez referência ao trabalho desenvolvido em Portugal no combate à MGF.

O ACM divulgou todas as informações sobre MGF de que dispôs, nos seus meios de comunicação.

- **Medida 9 - Monitorizar e atualizar a implementação das orientações técnicas na área da saúde**

A Orientação Técnica da DGS sobre MGF (Orientação nº 005/2012 de 06/02/2012 - Atualização de 22/03/2012), prevê a aplicação de um questionário aos profissionais de saúde sobre o conhecimento da problemática e das próprias orientações na área da saúde. Em novembro, a DGS procedeu à revisão e atualização do questionário sobre MGF destinado a profissionais de saúde, o qual se encontra a ser aplicado. Os resultados do mesmo resultarão, eventualmente, numa atualização da referida Orientação.

- **Medida 10 - Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os/as técnicos (as) devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática está referenciada.**

A Circular “Colaborar ativamente na prevenção e eliminação da MGF”, produzida e disseminada em 2014 pela CNPCJR em versão digital, veio a assumir a forma de Manual de Procedimentos em 2015, encontrando-se a ser preparada a sua republicação em forma de livro/brochura, pela Unidade de Comunicação do Instituto da Segurança Social.

Ao longo do ano, a UMAR desenvolveu 6 ações de sensibilização dirigidas especificamente a 6 CPCJ, na sua área geográfica de intervenção (península de Setúbal), designadamente (vide Medidas 1 e 31). A Circular “Colaborar ativamente na prevenção e eliminação da MGF” foi amplamente divulgada nestas ações e constituiu a sua base orientadora.

- **Medida 13 - Realizar e participar em seminários sobre a MGF.**

Nos dias 4 e 5 de fevereiro, a CIG e a EPJ participaram no *European Learning Forum on Tackling FGM*, promovido pelo Ministério da Administração Interna britânico, em Londres. No referido Fórum, a CIG e a EPJ participaram ativamente em vários painéis de discussão sobre a MGF (vide Medida 37).

O evento realizado no dia 6 de fevereiro de 2015, no Hospital de São Francisco Xavier, promovido pela SEAPI e pela CIG, com o objetivo de assinalar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (vide Medida 1), deu cumprimento a esta medida.

No cumprimento desta medida, a UMAR reporta as seguintes atividades: Participação na ação “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos e Direitos Humanos”, promovida pela Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas, ocorrida no dia 12 de fevereiro (Esta ação cumpre também a Medida 14).

A CIG e a UMAR participaram, no dia 19 de fevereiro, em evento intitulado “Vamos dialogar sobre a MGF. Seja representante de uma causa”, realizado no âmbito do projeto “MGF, Não!”, e promovido pela OGA – Obra Gay Associação (Opus Gay), em parceria com o MISP – Mediação Intercultural em Serviços Públicos de Loures, no âmbito de um projeto intitulado “MGF, Não!” (EEA Grants).

A CIG colaborou na sessão de encerramento de Seminário promovido pela RIVS – Rede de Intervenção na área da Violência em Sintra, ocorrido no dia 11 de maio. No referido evento, dedicou-se um painel especificamente à temática da Mutilação Genital Feminina.

O Camões ICL reportou ter financiado a deslocação da Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau, Fatumata Djau Baldé, e do líder religioso, Prof. Malan Djassi, para a realização de vários encontros em Lisboa com a comunidade guineense e com instituições oficiais, durante os meses de maio e junho. A referida entidade participou ainda no Encontro “Mutilação Genital Feminina – Vozes de

Mudança”, no dia 26 de maio, no Auditório da Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos (Amadora).

No dia 9 de junho de 2015, teve lugar, em Lisboa, uma mesa-redonda promovida pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, intitulada “Reforçar a cooperação para combater a Mutilação Genital Feminina”, no âmbito da qual Portugal (CIG) apresentou a sua boa-prática (assim reconhecida por aquele Instituto em 2012). A UMAR participou na mesa-redonda subordinada ao tema «Fortalecendo a Cooperação para Combater a Mutilação Genital Feminina», no âmbito do mesmo evento (vide Medida 37).

A CIG promoveu um Seminário de apresentação do Estudo «Mutilação Genital Feminina: Prevalências, Dinâmicas Socioculturais e Recomendações para a sua Eliminação», no dia 15 de julho de 2015, no Auditório 2 do Edifício-Sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, tendo a Escola da Polícia Judiciária colaborado de uma forma ativa nesta atividade. Estiveram presentes cerca de 70 pessoas. Esta atividade executa ainda a Medida 32.

A UMAR participou na 54.<sup>a</sup> reunião plenária do Conselho Local de Ação Social do Seixal, no âmbito das comemorações do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres. Este evento culminou com um painel sobre Mutilação Genital Feminina, que teve lugar no dia 25 de novembro, na qual também a CIG teve participação ativa, tendo ambas as entidades apresentado comunicações.

No dia 28 de novembro, a DGS participou na conferência “MGF - Tolerância Zero”, que decorreu na Ordem dos Médicos, promovida pela Associação Nacional dos Estudantes de Medicina.

A PGR divulgou a temática da MGF, bem como todos os eventos/seminários sobre MGF (assim como legislação interna, internacional e artigos), através do SIMP e da página *web* da PGR.

- **Medida 14 - Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades.**

A UMAR participou, a 12 de fevereiro, na ação “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos e Direitos Humanos”, promovida pela Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas, tendo nela apresentado uma comunicação. Esta ação cumpre também a Medida 13.

A DGS introduziu a temática da MGF no VI Congresso Nacional de Sexologia Clínica, ocorrido no dia 25 de abril.

A CIG colaborou no Seminário promovido pela RIVS – Rede de Intervenção na área da Violência em Sintra, ocorrido no dia 11 de maio. No referido evento, a CIG apresentou uma comunicação sobre MGF.

Com o objetivo de divulgar a MGF nas agendas das organizações, em outubro de 2015, a APF publicou a Declaração “Reposicionando a MGF como Questão de Género e Desenvolvimento”, bem como ainda 3 folhas de dados sobre MGF.

O Camões ICL reportou a preparação de uma posição para o Conselho Directivo do Fundo Global de Luta contra a SIDA, Malária e Tuberculose (ONU) – Bruxelas, no dia 10 de novembro. Entre os dias 15 e 17 de novembro, o Camões ICL participou na 34ª Reunião do Conselho Directivo do Fundo Global de Luta contra a SIDA, Malária e Tuberculose (ONU) – Genebra.

No dia 25 de novembro de 2015, por ocasião da celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a CIG e a UMAR participaram em Encontro promovido pela Câmara Municipal do Seixal, tendo dinamizado um painel dedicado especificamente à problemática da Mutilação Genital Feminina. Este evento integrou ainda a 54.ª reunião plenária ordinária da Rede Social do Conselho Local de Ação Social do Seixal, tendo mobilizado um conjunto muito diversificado de participantes.

Nos dias 12 e 13 de dezembro, o Camões ICL contribuiu para a implementação do Plano de Ação de Género da UE para 2016-2020 (Gender Action Plan II) – Bruxelas. O Camões ICL destaca ainda uma reunião, ocorrida no dia 18 de dezembro, sobre a implementação da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género – Reunião Coordenação

Interministerial (ponto de situação e passos futuros) –, na qual foi feito um balanço das ações desenvolvidas pelo Camões ICL e pelos parceiros, no âmbito da igualdade de género no quadro dos desenvolvimentos durante o ano de 2015. No contexto dos desafios e oportunidades futuras, foi abordada a questão da atualização da estratégia nacional para a igualdade de género, o papel das Conselheiras para a Igualdade dos ministérios setoriais e a implementação da Agenda 2030. A DGPJ participou nesta reunião.

- **Medida 15 - Estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF.**

Foi criado pelo ACM um Grupo de Trabalho com líderes religiosos e realizadas duas reuniões nos dias 2 de fevereiro e 20 de outubro.

A Musqueba promoveu uma ação de formação, intitulada "Intervenção comunitária - Direitos Humanos e da Mulher e Mutilação Genital Feminina", com a colaboração do Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica e a UMAR. Esta ação teve como objectivo munir as/os participantes de conhecimentos e ferramentas acerca de tópicos como Direitos Humanos e da Mulher, Cultura/Tradição e Práticas tradicionais nefastas, permitindo-lhes adquirir competências pessoais e sociais que lhes permitam desenvolver um programa de intervenção comunitária e trabalhar como mediadoras/es na comunidade da Damaia. Decorreu entre os dias 22 de fevereiro e 5 de abril de 2015. Esta atividade dá também resposta às Medidas 2 e 4.

No primeiro trimestre de 2015, a UMAR reuniu com 3 mulheres/interlocutoras privilegiadas das comunidades imigrantes residentes em Almada, com vista à prevenção/eliminação da MGF, tendo com elas mantido contacto regular. A sessão que a UMAR dinamizou no dia 1 de março, no Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica (Reboleira/Amadora), sobre "Direitos Humanos e Igualdade de Género", no âmbito do projeto "Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina" do Movimento Musqueba, contou com a assistência do respetivo líder religioso muçulmano. Em Maio, por ocasião da vinda a Portugal da Presidente do CNAPN - Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança na Guiné Bissau, Fatumata Djau Baldé, e do líder religioso Prof. Malan Djassi, a equipa do projeto IÁ-IÁ

procurou que estas pessoas contactassem com líderes religiosos muçulmanos dos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro.

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa promoveu um encontro entre a presidente do CNAPN e líder religioso Malan Djassi com membros da comunidade muçulmana no Vale da Amoreira, associando-se desta forma à Missão promovida pela AJPAS e a P&D Factor. 5 jovens raparigas, estudantes da escola ESBB no Vale da Amoreira e participantes no projeto, foram facilitadoras do contacto entre o Professor Malam Djassi e líderes religiosos do Vale da Amoreira e da Escola Corânica.

Destacam-se ainda alguns contactos que a UMAR estabeleceu com 3 interlocutoras privilegiadas das comunidades imigrantes/praticantes com vista à prevenção/eliminação da MGF, na sequência da ação de sensibilização sobre *Práticas Tradicionais Nefastas*, realizada pela UMAR no dia 28 de novembro, dirigida a utentes e ex-utentes da Fundação Madre Sacramento - Lar Jorbalán.

Em dezembro, a CIG reuniu com a consultora de projetos em MGF na Guiné-Bissau e coordenadora do projeto DJINOPI - Movimento Contra a Mutilação Genital Feminina, a decorrer na Guiné-Bissau desde 2010, com financiamento da organização não-governamental alemã “Serviço para a Paz no Mundo”. Nessa reunião discutiram-se metodologias de ação, tendo a interlocutora relatado as experiências do referido projeto, as quais poderão ser úteis para a intervenção em Portugal e no âmbito da cooperação.

## Área estratégica 2 – Integrar

- **Medida 16 - Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.**

No período em apreço, e no âmbito do Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), promovido pelo ACM, foram apoiadas 13 mulheres, designadamente através de um curso promovido pela AJPAS (7 mulheres), do curso promovido pela ACMJ (1 mulher), bem como ainda do curso promovido pela RUMO (5 mulheres, 2 com naturalidade do Congo e 3 com naturalidade da Guiné-Bissau).

A UMAR realizou uma reunião com o IEFP, no dia 10 de abril, com vista à apresentação do projeto IÁ-IÁ e ao delineamento de uma estratégia de cooperação. De entre várias possibilidades de cooperação, equacionou-se a possibilidade de incluir a temática da MGF em ações de formação da medida vida ativa/formação de empreendedorismo (o IEFP disponibilizaria as instalações e os/as formadores/as para a área de empreendedorismo e a equipa do projeto asseguraria a formação na área da violência de género, com foco na MGF, nas ações decorridas no distrito de Setúbal). Nesse sentido, a UMAR procurou identificar mulheres imigrantes, inscritas como desempregadas, e mobilizá-las para um curso de empreendedorismo. Essa sinalização fez-se igualmente junto de outras organizações, nomeadamente, a APF, a Musqueba, a AJPAS e a P&D Factor.

- **Medida 17 - Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.**

As linhas de apoio/emergência nos domínios da saúde (Saúde 24, promovida pela DGS), da imigração (SOS Racismo, promovida pelo ACM), da sexualidade (Sexualidade em Linha, promovida pela APF) e do combate à violência de género (Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica, promovido pela CIG) funcionam em permanência e encontram-se preparadas para intervir em situações de MGF e encaminhar possíveis casos. No período em apreço, não foi referenciado qualquer caso.

Os/as novos/as técnicos/as que asseguram o Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica da CIG frequentaram uma ação de formação, promovida pela CIG e pela CNPCJR, sobre Mutilação Genital Feminina, no dia 7 de dezembro, o mesmo sucedendo com técnicos/as que asseguram a linha SOS Racismo, da responsabilidade do ACM (vide Medida 30). Ambas as linhas telefónicas estão indicadas nos materiais “Diga não à Excisão”, como recursos de apoio.

- **Medida 18 - Monitorizar a estrutura de Referenciação para casos de MGF e a plataforma de dados em saúde (PDS).**

Ao longo de 2015, a DGS procedeu regularmente ao levantamento de dados da PDS. O último desses levantamentos ocorreu a 13 de janeiro de 2016. A DGS produziu um relatório com os dados apurados, o qual divulgou na sua página *web*.

Foram registados 99 casos de mutilação genital feminina entre abril de 2014 (data em que foi criado um campo sobre MGF na PDS), e dezembro de 2015. Todos os registos foram introduzidos por unidades da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. A média de idades atual destas mulheres é de 30,4 anos, variando entre os 16 e os 62 anos. Existe uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau e Guiné (Guiné Conacri).

No que diz respeito ao tipo de mutilação encontrada, 34% eram do tipo I, 62% do tipo II e 4% do tipo III. Em 5 dos 99 casos (0,05%) foi registada como “desconhecida” a idade da realização da prática. Em 11 dos 99 casos (0,1%) foi registada a idade zero. Excluídas essas situações, ou seja, nos restantes 83 casos (84% do total da amostra) a idade média em que foi realizada, foi de 5,9 anos, variando entre 1 e 28 anos. Foram registadas complicações em 41 mulheres, sendo as complicações psicológicas as que têm maior frequência de registos, seguidas das



complicações de resposta sexual e obstétricas. De acordo com os registos todas estas práticas foram realizadas fora do País e nenhuma durante a estadia da família em Portugal.

Segundo o ACM, não foram sinalizados casos de MGF pela estrutura de Referência para casos de MGF, no período em apreço.

- **Medida 19 - Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.**

Em novembro, a AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau, integrou a comissão organizadora do Encontro Regional sobre MGF da qual a CIG também fez parte, tendo participado nas reuniões de preparação do mesmo, o qual se calendarizou para o dia 4 de fevereiro de 2016. O referido encontro, tendo como mote a criação de redes locais de intervenção de combate à MGF, foi entendido como estrategicamente oportuno tendo em vista o reforço da rede de estudantes da CPLP e a aproximação destes às organizações que intervêm no terreno no combate à MGF.

No âmbito desse contacto com a nova direção da AEGBL, agendou-se uma reunião a fim de enquadrar e sensibilizar a mesma para o protocolo firmado entre as duas entidades em 2012 e planificar ações para 2016. O referido protocolo prevê, *grosso modo*, o desenvolvimento de atividades sobre MGF por parte da AEGBL junto da sua rede de estudantes da Guiné-Bissau, com o apoio técnico da CIG. A necessidade de promover este encontro decorre do facto da AEGBL ter tido eleições em meados de 2015, tendo sido substituídos os seus corpos dirigentes.

- **Medida 20 – Atribuir bienalmente o prémio MGF “Mudar aGora o futuro”.**

Na sequência da atribuição do prémio “Contra a MGF – Mudar agora o Futuro”, no dia 12 de Novembro de 2014, vieram a ter início no dia 1 de Janeiro de 2016, e com uma duração prevista de 1 ano, os seguintes projetos:

- ❖ “Jovens com(n) Tradição” – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa.  
Contexto de intervenção: Vale da Amoreira, Baixa da Banheira.

O projeto “Jovens com(n) Tradição” propõe-se desenvolver uma intervenção junto da comunidade escolar, em particular alunos/as e docentes de uma escola situada no bairro do Vale da Amoreira, identificado como uma das áreas com maior risco de MGF da área Metropolitana de Lisboa, pela razão de aí residir um número significativo de pessoas de origem guineense.

Essa intervenção ocorre na Escola Secundária da Baixa da Banheira com promoção de debates, dinâmicas de grupo e jogos, recorrendo à pedagogia do oprimido, subordinados às temáticas da igualdade de género, direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva, práticas tradicionais nefastas e excisão/mutilação genital feminina e com a participação ativa do pessoal docente. No que concerne a materiais/recursos destacam-se uma banda desenhada sobre MGF e um vídeo de sensibilização sobre a MGF.

- ❖ “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina” – Movimento Musqueba.  
Contexto de intervenção: Damaia, Amadora.

O projeto “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina” propõe-se criar e capacitar, no contexto da Damaia/Reboleira (Amadora), uma rede de mediadores/as para o combate à MGF, dotando-os de conhecimentos e competências necessários à gestão e dinamização de ações de sensibilização e prevenção na comunidade afetada, envolvendo ativamente o Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica na identificação dos elementos-chave da comunidade que constituiriam o público-alvo.

O projeto tem vindo ainda a conceber um material com a identificação de boas práticas de abordagem ao tema (em português, crioulo e fula), bem como à produção de um vídeo com testemunhos, os quais serão utilizados/disseminados pelos/as mediadores/as, pelo Centro Português de Estudos Árabe-Pullar e Cultura Islâmica e pelo Movimento Musqueba, doravante.

- ❖ “Avo(zes) contra a MGF” - AJPAS, Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde.  
Contexto de intervenção: Amadora, Sintra.

O projeto “Avo(zes) contra a MGF” propõe-se a desenvolver uma intervenção que vise, nos municípios de Amadora e Sintra, mobilizar e comprometer uma rede de pessoas mais velhas, anciãos e anciãs, pertencentes a comunidades oriundas de países onde a MGF se pratica, recolhendo os seus testemunhos num filme/vídeo que pudesse constituir uma ferramenta pedagógica em intervenções afins, sendo este o produto final de um processo de mobilização de anciãos e anciãs, líderes comunitários/as e/ou religiosos contra a MGF, que a montante se consubstanciaria numa rede de agentes e protagonistas de mudança.

Conforme previsto no regulamento do referido concurso, foi constituído um grupo de acompanhamento dos projetos vencedores dos prémios, composto por representantes da CIG e ACM. No âmbito do acompanhamento realizado, avaliaram-se positivamente os projetos bem como foram produzidas algumas recomendações, comunicadas às entidades promotoras dos mesmos.

Todos os projetos vieram a ser prolongados até ao dia 25 de Abril de 2016. Os referidos projetos contribuem para a execução de algumas medidas do III PPEMGMF.

### **Área estratégica 3 – Formar**

- **Medida 21 - Realizar ações de formação para profissionais de saúde.**

Como referido na Medida 7, decorreram entre janeiro e junho de 2015 dois cursos de Pós-Graduação sobre MGF, com a duração de 162 horas, na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa e na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, no âmbito de protocolos que a CIG, a DGS e a APF firmaram com estas instituições em 2014.

Representantes da CIG, DGS, APF, UMAR e EPJ participaram em ambos os cursos, na qualidade de preletores. A representante da EPJ foi ainda coadjuvada por uma magistrada do Ministério Público do Tribunal da Amadora. As associações Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa e AJPAS, distinguidas pelo prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro” participaram igualmente no curso, relatando as experiências dos projetos em curso.

No total, frequentaram estes cursos 64 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as (60 mulheres e 4 homens) em atividade nalguns dos equipamentos de saúde da área da Grande Lisboa e do distrito de Setúbal, em particular nas áreas geográficas de maior risco de MGF.

Na sequência do curso de Pós-graduação sobre MGF, ocorrido na ESS/IPS, e por iniciativa de alguns dos seus discentes sob supervisão da DGS, o ACES da Arrábida promoveu várias ações de formação sobre o tema dirigidas a públicos vários, designadamente: ação de formação intitulada “Prevenção e Erradicação de Práticas Nefastas – Mutilação Genital Feminina”, no dia 29 de maio, a qual contou com a participação de 18 pessoas pertencentes a CPCJ, unidades de saúde, Ministério Público de Setúbal, Órgãos Policiais de Setúbal e Direção da ACESA; ação de formação intitulada “Formação Inicial em Mutilação Genital Feminina”, ocorrida no dia 20 de novembro, com a presença de 15 pessoas pertencentes às USF e UCSP da Quinta do Conde e finalmente uma ação de formação, também designada por “Formação Inicial em Mutilação Genital Feminina”, no dia 16 de dezembro, que contou com 13 participantes da UCC – Unidade

de Cuidados na Comunidade e URAP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Setúbal.

A APF procedeu à divulgação do curso e-learning [www.uefgm.eu](http://www.uefgm.eu), como ferramenta essencial na transmissão de conhecimento acerca da MGF, junto de profissionais de saúde e de profissionais de asilo.

A DGS introduziu o tema da MGF nas ações de formação sobre violência ao longo do ciclo de vida e crianças e jovens em risco, designadamente EPVA e NACJR, destinadas a profissionais de saúde, em todas as Regiões de Saúde.

Em novembro, a DGS e a EPJ participaram na dinamização de um módulo sobre MGF, no curso de formação sobre “Sexologia Forense: da queixa à sentença”, promovido pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. Este curso contou com cerca de 50 participantes.

A APF realizou uma ação de formação, intitulada “Integrar a Mutilação Genital Feminina em projetos e programas de Desenvolvimento”, em novembro de 2015, com a duração de 30 horas. Participaram nesta ação 11 pessoas.

A associação participou ainda, em novembro, na reunião de arranque do projeto UEFGM que irá construir um *website* europeu sobre MGF, bem como num encontro da ANEM – Associação Nacional dos Estudantes de Medicina, no qual estiveram presentes 12 participantes. Em dezembro de 2015, a APF realizou um seminário intitulado “Direitos sexuais dos jovens”, no qual participaram 70 pessoas.

No período em apreço, a UMAR realizou reuniões com vários profissionais de saúde nos territórios intervencionados pelo projeto IÁ-IÁ designadamente, no primeiro semestre, com o Agrupamento de Centros de Saúde de Almada – Seixal / UCC “A Outra Margem” e Hospital Garcia de Orta (6 profissionais do sexo feminino), e com profissionais de saúde dos concelhos de Almada e Moita, designadamente com a UCSP Moita, Centro Hospitalar Barreiro Montijo e UCSP Alhos Vedros, totalizando 10 profissionais (9 mulheres e 1 homem). No segundo semestre, a UMAR prosseguiu com reuniões de trabalho com profissionais de saúde do distrito de Setúbal, desta feita com o ACES Almada Seixal; Escola Superior de Saúde do Instituto

Politécnico de Setúbal; UCC de Almada – Outra Margem; CFAESEIXAL - Centro de Formação de Escolas do Concelho do Seixal e UCC do Seixal e CPCJ Seixal.

A UMAR promoveu ainda múltiplas ações de sensibilização (de carácter formativo), quer dirigidas a grupos multidisciplinares, com a presença de profissionais de saúde, quer dirigidas especificamente a estes profissionais de saúde. Estas ações inscrevem-se também na Medida 1.

Foram envolvidos na ação de sensibilização dirigida a membros da RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral, no dia 29 de junho, representantes das seguintes entidades: Centro de Saúde de Alcácer do Sal (1 mulher); Escola Superior de Saúde de Setúbal (1 mulher e 1 homem); ULSLA – (1 mulher);

Na 2ª ação desenvolvida junto de membros da RIVDAL – Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral, no dia 5 de outubro, estiveram presentes representantes das seguintes entidades: Centro de Saúde de Grândola (1 mulher); Escola Superior de Saúde de Setúbal (1 mulher e 1 homem); ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (1 mulher).

Na ação realizada no dia 6 de novembro, para profissionais da UCSP Alhos Vedros (Moita), estiveram presentes 10 mulheres profissionais de saúde.

Na ação de sensibilização ocorrida no dia 10 de novembro, para técnicos/as do NLI de Sines, estiveram presentes representantes da UCC Sines com Saúde (1 homem e 1 mulher); UCSP Sines (1 mulher); ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (1 mulher).

No dia 17 de novembro, ocorreu uma ação para técnicos/as do NLI Grândola, na qual estiveram presentes 17 mulheres, profissionais de saúde.

Nos dias 14, 15 e 17 de dezembro, realizou-se uma ação de Formação Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção, destinada a técnicos/as do NLI do Seixal. No cômputo das 3 sessões, estiveram presentes 58 pessoas (55 mulheres e 3 homens).

- **Medida 22 - Criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto dos profissionais de saúde**

Alguns profissionais de saúde pós-graduados na 1ª edição da Pós-Graduação sobre MGF, decorrida em 2013, na Escola Superior de Saúde de Lisboa, participaram já enquanto preletores/as nos 2 cursos de pós-graduação, que tiveram lugar no 1º semestre de 2015, na ESEL e na ESS/IPS. A DGS constituiu o referido grupo multidisciplinar, o qual veio a ser reforçado por profissionais de saúde, entretanto certificados por aqueles últimos cursos.

Destaca-se a participação de um membro do grupo multidisciplinar no encontro anual da UCF de Setúbal, com uma comunicação sobre “Abordagem da criança em risco – MGF”, ocorrido no dia 29 de maio, bem como a colaboração de 2 elementos do grupo multidisciplinar na apresentação/sensibilização para o tema da MGF, destinado a profissionais de saúde do Centro Hospitalar Lisboa Central (Maternidade Alfredo da Costa e Hospital Dona Estefânia), ocorrido no dia 26 de maio.

- **Medida 23 - Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos/as dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.**

A CIG e a CNPCJR realizaram uma ação de formação sobre MGF, no dia 7 de dezembro, tendo sido convidados/as a participar técnicos/as do SEF e dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.

Esta ação de formação teve a duração de 1 dia e estruturou-se em 4 módulos (direitos humanos, saúde, justiça e experiências nas comunidades), tendo sido dinamizada por representantes da DGS, ACM, UMAR, GTO LX e AJPAS. Estiveram presentes 41 pessoas (37 mulheres e 4 homens), entre as quais 1 técnica do CNAI de Lisboa e 4 técnicos/as do SEF – Gabinete de Asilo e Refugiados.

- **Medida 24 - Realizar ações de formação para agentes de cooperação.**

No dia 3 de setembro, o Camões ICL promoveu formação sobre MGF junto de 11 mulheres e 3 homens docentes (agentes de cooperação) colocados/as na Guiné-Bissau em projeto no domínio da Educação.

- **Medida 25 - Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores(as) da área temática da educação para a saúde.**

No primeiro semestre, a UMAR realizou reuniões com as seguintes escolas: Escola Secundária do Monte de Caparica (Almada); Escola Secundária com 3º ciclo de Francisco Simões (Almada); Escola Secundária Ruy Luís Gomes (Almada); AlmadaForma - Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada, Escola EBI/JI Chegadinho; Centro de Formação de Escolas do Barreiro e Moita; Escola Básica 2,3 do Vale da Amoreira; Agrupamento de Escolas João de Barros (Seixal). Foram abrangidos/as, por estas reuniões, 14 docentes (12 mulheres e 2 homens).

Contribui ainda para a execução desta medida a realização, pela UMAR, de uma ação de sensibilização sobre *Mutilação Genital Feminina* para 5 educadoras de infância do Centro Social e Paroquial Padre Ricardo Gameiro/Almada, no dia 7 de maio.

No dia 27 de maio, a AJPAS dinamizou uma sessão de (in)formação, sob o título de “Mutilação Genital Feminina – desafios para a Escola”, na Escola EB 2,3 – Prof. D’Orey da Cunha, na Damaia, dirigida a 19 participantes (15 mulheres e 4 homens).

Realizou-se, no mês de julho, uma ação de formação, com a duração de 25 horas, sobre educação sexual em contexto escolar, na qual se integrou o tema da MGF, promovida pela DGS em colaboração com o ACES Lisboa Central e o Centro de Formação de Professores António Sérgio. Participaram 27 docentes.

No que concerne a ações de formação promovidas pela UMAR, destacam-se as seguintes, todas realizadas no 2º semestre:



Nos dias 11, 12, 17, 18 e 26 de novembro e 2 de dezembro, decorreu uma ação de formação para educadoras/es de infância e docentes dos ensinos básico e secundário, intitulada *Violência de Género e Práticas Tradicionais Nefastas – Compreender para Intervir*, no concelho de Almada. O grupo de formandas foi constituído por 14 professoras e 2 educadoras de infância. Esta iniciativa realizou-se em parceria com a UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada.

Nos dias 23, 30 de novembro e 9 de dezembro, decorreu uma ação de formação para educadoras/es de infância e docentes dos ensinos básico e secundário, intitulada *Violência de Género e Práticas Tradicionais Nefastas – Compreender para Intervir*, no concelho do Seixal, em colaboração entre o IÁ-IA, o CFAESEIXAL - Centro de Formação de Escolas do Concelho do Seixal e a UCC do Seixal. O grupo de formandas/os foi constituído por 12 docentes (11 mulheres e 1 homem), 3 educadoras de infância e 1 educadora social.

Finalmente, nos dias 14, 15 e 17 de dezembro a mesma ação de formação foi ministrada a técnicos/as do NLI – Núcleo Local de Inserção do Seixal. Estiveram presentes 3 educadoras de infância (CAPA - Centro de Assistência Paroquial da Amora).

Em suma, participaram nas referidas ações de formação, 26 docentes, 8 educadoras de infância e 1 educadora social (34 mulheres e 1 homem), em atividade em Almada, Lisboa, Palmela, Seixal e Sintra.

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, durante todo o ano de 2015, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa fez um acompanhamento quinzenal das 7 docentes da Escola Secundária da Baixa da Banheira, que estão envolvidas no projeto, sobre conteúdos pedagógicos associados à MGF. No 2º semestre, o GTO LX iniciou o trabalho de planeamento da ação de formação específica sobre MGF (usando o referencial da CIG) para todo/as os/as docentes daquela escola, a qual terá lugar no 1º trimestre de 2016.

- **Medida 26 - Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.**

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa contou com a participação regular de funcionários/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira em todas as atividades do projeto (incluindo as formativas), em particular das auxiliares de ação educativa, na medida em que possuem frequentemente relações privilegiadas com os/as alunos/as e poderão ter contacto com a prática de MGF.

A UMAR pretende desenvolver ação de formação específica para pessoal não docente das escolas intervencionadas pelo projeto IÁ-ÍÁ, tendo para tal solicitado à DGAE a acreditação de um curso desenhado pela associação.

- **Medida 27 - Realizar ações de formação para magistrados.**

No último trimestre de 2015, a PGR, em parceria com o CEJ e o CSM, incluiu no plano de formação contínua de magistrados/as uma ação formativa, centrada no conceito médico de MGF e atinente enquadramento jurídico-penal, com vista a concretizá-la no início de 2016. No mesmo período, a PGR promoveu esta ação pelos magistrados do MP, procurando mobilizá-los, bem como procedeu à divulgação específica da mesma na sua página e no Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP), como forma de alerta para a relevância do tema.

- **Medida 28 - Realizar ações de formação para órgãos de polícia criminal.**

A UMAR realizou reuniões com a PSP do Laranjeiro; a PSP da Baixa da Banheira; a GNR da Moita; e a GNR – Destacamento Territorial de Almada. Mediante ação do projeto IÁ-ÍÁ, o Destacamento Territorial de Almada da GNR nomeou uma Guarda-Principal, da Secção dos Programas Especiais do Destacamento de Almada, como ponto focal para a MGF. No âmbito do mesmo projeto, a UMAR realizou, no primeiro semestre, algumas ações de formação com a duração de um dia, dirigidas aos OPC dos concelhos de Almada, Moita, Seixal, Barreiro e Setúbal. No total, foram abrangidas 54 pessoas (19 mulheres e 35 homens).

No dia 27 de abril, a AJPAS, no âmbito do projeto AmaDirHum, promoveu, na Esquadra da Reboleira, uma sessão de formação sobre MGF para órgãos de polícia criminal (19 homens e 1 mulher), pertencentes a 6 esquadras, e da Equipa de Investigação Criminal do Comando da Amadora.

No segundo semestre, a UMAR prosseguiu a dinamização de ações de formação a OPC do distrito de Setúbal, desta feita para militares da GNR de Alcochete e Almada (8 mulheres e 44 homens). Nas ações de formação dirigidas a técnicos/as dos NLI – Núcleo Local de Inserção de Sines, Grândola e Seixal, estiveram presentes também alguns OPC, designadamente 3 militares da GNR e 2 agentes da PSP (2 mulheres e 3 homens).

- **Medida 29 - Realizar ações de formação para profissionais de comunicação social.**

A ação de formação/*workshop* para jornalistas sobre MGF, que a APF, em parceria com o CENJOR, planeava concretizar em 2016, não se veio a realizar.

- **Medida 30 - Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.**

Realizou-se uma ação de formação intitulada “Mutilação Genital Feminina” no dia 7 de dezembro de 2015. Esta iniciativa foi promovida pela CIG e CPCJR, tendo como principais grupos-alvo os/as técnicos/as que asseguram o Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica da CIG. Foram ainda convidados a participar técnicos/as da linha SOS Racismo, da responsabilidade do ACM.

Esta ação de formação teve a duração de 1 dia e estruturou-se em 4 módulos (direitos humanos, saúde, justiça e experiências nas comunidades). Estiveram presentes 41 pessoas (37M 4-H), entre as quais 4 (novos/as) técnicos/as que prestam serviço nas linhas referidas.

- **Medida 31 - Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.**

No âmbito do projeto IÁ-IÁ, a UMAR promoveu um número alargado de ações de sensibilização e de formação, nas quais estiveram presentes elementos de CPCJ.

No que concerne a ações exclusivamente dirigidas a elementos das CPCJ, sublinhe-se a presença de 23 destes técnicos da CPCJ Almada numa ação promovida a 2 de julho (20 mulheres e 3 homens), bem como de 10 pertencentes à CPCJ Seixal no dia 1 de setembro (9 mulheres e 1 homem).

Na ação promovida no dia 29 de junho, intitulada *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção I* para membros da RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral (rede interconcelhia – concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines), participou 1 representante da CPCJ Grândola (1 mulher) e outro da CPCJ Odemira (1 mulher).

A sessão ocorrida no dia 5 de outubro, intitulada *Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção II* para membros da RIVDAL – Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral, a qual deu continuidade à ação anteriormente descrita, contou com representantes da CPCJ Grândola (2 mulheres), CPCJ Sines (1 mulher), CPCJ Odemira (1 mulher) e CPCJ Alcácer do Sal (1 mulher).

Nas ações de sensibilização direcionadas para técnicos/as do NLI de Sines e do NLI Grândola (dias 10 de outubro e 17 de novembro, respetivamente), estiveram presentes 4 elementos da CPCJ de Sines e 3 da CPCJ de Grândola.

No total, a UMAR formou, em 2015, 47 elementos das CPCJ de Almada, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Seixal e Sines.

Realizou-se uma ação de formação intitulada “Mutilação Genital Feminina”, no dia 7 de dezembro de 2015. Esta iniciativa foi promovida pela CIG e CPCJR, tendo como principais grupos-alvo os/as técnicos/AS das CPCJ da área da grande Lisboa. Esta ação de formação teve

a duração de um dia e estruturou-se em 4 módulos (direitos humanos, saúde, justiça e experiências nas comunidades). Estiveram presentes 41 pessoas (37 mulheres e 4 homens), entre as quais 12 técnicos/as das CPCJ de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cascais, Salvaterra de Magos, Sesimbra, Sintra Oriental e Vila Franca de Xira.

#### **Área estratégica 4 – Conhecer**

- **Medida 32 - Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.**

A CIG promoveu o evento de apresentação do Estudo «Mutilação Genital Feminina: Prevalências, Dinâmicas Socioculturais e Recomendações para a sua Eliminação», no dia 15 de julho de 2015, no Auditório 2 do Edifício-Sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, tendo a Escola da Polícia Judiciária colaborado de uma forma ativa nesta atividade. Estiveram presentes cerca de 70 pessoas. Esta ação cumpre também a Medida 14.

A UMAR foi parceira do estudo “Mutilação Genital Feminina em Portugal: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação”, coordenado pelo CESNOVA/FCSH-UNL. A CIG e a UMAR têm divulgado os dados deste estudo nas ações que têm realizado, e disseminado o estudo por várias vias.

Destaca-se a apresentação do estudo e discussão sobre os resultados do mesmo, promovida pela UMAR numa reunião de trabalho, na FCSH/UNL, com a Plataforma Portuguesa das ONGD.

- **Medida 33 - Sinalizar o número de casos de MGF em meninas, identificados no âmbito da atividade da CNPCJR.**

Na plataforma informática utilizada pelas CPCJ, já está criada a subcategoria "Mutilação Genital Feminina", dentro da categoria "maus-tratos", a qual está acessível às Comissões desde o dia 20 de fevereiro, para sinalização dos casos conhecidos.

- **Medida 34 - Monitorização de número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.**

Ao longo de 2015, a DGS procedeu regularmente ao levantamento de dados da PDS. O último desses levantamentos ocorreu em 13 de janeiro de 2016, e regista 99 casos (vide dados do relatório produzido pela DGS na Medida 18). A DGS presseguiu ainda o acompanhamento dos serviços de saúde, nomeadamente de ginecologia e obstetria, na sinalização de casos de MGF, por parte da DGS.

O ACM disponibilizou ainda os dados recolhidos e que indicam não ter havido qualquer ocorrência no período em apreço. À data da produção do presente relatório, aguardavam-se os dados recolhidos pelo MAI e CNPCRJ com vista à finalização de um relatório síntese.

- **Medida 35 - Manter atualizada a informação *online* e hiperligações sobre MGF.**

A CIG atualizou permanentemente o seu *website*, com informação relativa à temática da MGF.

Foi atualizada a informação na página [www.saudereprodutiva.dgs.pt](http://www.saudereprodutiva.dgs.pt), da DGS. A atualização da página [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt), nomeadamente na “Saúde de A a Z”, com a introdução do tema MGF, está em preparação.

A APF atualizou permanentemente os *websites* da APF, do projeto REPLACE 2 e do Projeto *Create Youth Network*, bem como ainda as redes sociais e as newsletters dos referidos projetos. Com o objetivo de divulgar a MGF nas agendas das organizações, em outubro de 2015, a APF publicou a Declaração “Reposicionando a MGF como Questão de Género e Desenvolvimento”, bem como ainda 3 folhas de dados sobre MGF.

O CAMÕES, ICL, manteve disponível e atualizada, no seu portal, uma área informativa específica dedicada à MGF, cuja média de visualizações foi de 2.300 por mês.

A UMAR manteve informação *online* atualizada e hiperligações sobre MGF na página oficial/facebook da UMAR e criou página oficial/facebook do projeto IÁ-IÁ.

A DGPJ/MJ lançou, em julho de 2015, uma área temática no seu sítio *web* dedicada à Igualdade. Está inserida, nesta área, uma pasta específica intitulada “Mutilação Genital Feminina”, onde é divulgado o III PAPEMGF, bem como documentos estratégicos relativos a esta matéria.

- **Medida 36 - Recolher e fornecer informação atualizada sobre áreas geográficas onde se justifique reforçar campanhas de prevenção social sobre a MGF.**

O MAI, mais concretamente o SEF, disponibiliza informação atualizada sobre a população estrangeira residente em Portugal (mapeamento).



## Área estratégica 5 – Cooperar

- **Medida 37 - Contribuir para a integração das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais.**

Nos dias 4 e 5 de fevereiro, a CIG e a EPJ participaram no *European Learning Forum on Tackling FGM*, promovido pelo Ministério da Administração Interna britânico, em Londres. O convite surgiu na sequência da participação da CIG no evento “Girl Summit 2014 - A Future free from FGM and child and Forced Marriage”, promovido pelo Governo Britânico e pela UNICEF, onde apresentou comunicação sobre o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela implementação do Programa de Ação, enquanto boa-prática reconhecida pelo Instituto Europeu do Género. No referido Fórum, a CIG e a EPJ participaram ativamente em vários painéis de discussão sobre a MGF. Esta atividade dá igualmente cumprimento à Medida 13.

No dia 6 de fevereiro, a APF apresentou e disseminou o vídeo *Flash Mob* com campanha “Ver, ouvir e falar” junto ao mural, alusivo ao tema END FGM, pintado em 2014, na Praça do Intendente, como parte inicial de uma ação de *advocacy* com parlamentares europeus.

No âmbito do projeto IÁ-IÁ, promovido pela UMAR, e na sequência da criação de Grupo de Trabalho sobre MGF na CPCJ de Almada (em articulação com UMAR), o Destacamento Territorial de Almada da GNR nomeou uma Guarda-Principal, da Secção dos Programas Especiais do Destacamento de Almada, como ponto focal para a MGF.

As reuniões de trabalho ocorridas com vários profissionais (saúde, ensino, segurança, justiça, etc...) que trabalham nos concelhos de Almada e Moita (vide Medida 1) dão também cumprimento a esta medida.

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade introduziu a problemática da Mutilação Genital Feminina, na intervenção que fez na 59ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres nas Nações Unidas, ocorrida em Nova Iorque entre os dias 9 e 20 de março, sobre o 20.º aniversário da implementação da plataforma de ação de Pequim.

A DGS abordou a temática numa reunião de peritos para o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia em Saúde Sexual e Reprodutiva – OMS Europa, ocorrida entre os dias 27 e 30 de abril.

No dia 9 de junho de 2015, teve lugar nas instalações da Fundação Champalimaud, em Lisboa, uma mesa-redonda promovida pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, intitulada “Reforçar a cooperação para combater a Mutilação Genital Feminina”, no âmbito da qual Portugal (CIG) apresentou a sua boa-prática (assim reconhecida pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género em 2012). Na mesma ocasião, apresentou-se o relatório “Estimativa do número de raparigas em risco de Mutilação Genital Feminina na União Europeia”, publicado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, e no qual participaram Portugal, Irlanda e Suécia. Este evento reuniu membros de vários governos, investigadores e organizações da sociedade civil. A UMAR participou na mesa-redonda subordinada ao tema «Fortalecendo a Cooperação para Combater a Mutilação Genital Feminina», no âmbito do mesmo evento.

No dia 28 de outubro de 2015, Portugal defendeu os 8º e 9º Relatórios Nacionais sobre a implementação da Convenção sobre a Eliminação todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW. A delegação nacional integrou representantes do grupo de trabalho responsável pela implementação do III PPEMGF, tendo a problemática da MGF sido sujeita a “discussão”.

Em dezembro, a DGS participou numa reunião de peritos para o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia em Saúde Sexual e Reprodutiva – OMS Europa.

- **Medida 38 - Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.**

O Camões ICL reportou a assinatura, a dia 6 de julho, do Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Guiné-Bissau 2015-2020.

- **Medida 39 - Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.**

Em todas as ações de sensibilização/formação realizadas pela UMAR (vide Áreas Estratégicas 1 e 3), abordou-se a questão da MGF e as condições de asilo, tendo-se distribuído materiais em suporte papel e digital sobre o estatuto asilo/refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.

O manual referido na Medida 4, a ser traduzido e adaptado para português, “MGF – Guide à l’usage des professions concernées”, da autoria da GAMS Belgique (Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles), facultará informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.

A APF procedeu à divulgação do curso *e-learning* [www.uefgm.eu](http://www.uefgm.eu), como ferramenta essencial na transmissão de conhecimento acerca da MGF, junto de profissionais de saúde e de asilo.

- **Medida 40 - Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.**

O Camões IP reportou uma ação desenvolvida em Bissau pela Embaixada de Portugal, designadamente, o apoio à elaboração da Comunicação do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas sobre o combate à Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau (inserida no programa para o Dia Internacional da Mulher), tendo como objetivo difundir informação sobre

progressos e novos instrumentos para combate à MGF na Guiné-Bissau. O público-alvo deste evento, que contou com a participação de cerca de 90 pessoas, era constituído por técnicos/as, formadores/as de professores/as e alunos/as da Academia Ubuntu.

A UMAR promoveu a integração da temática da MGF nos planos municipais de combate à violência doméstica e de género e/ou nos planos municipais para a igualdade de género na área territorial de influência do projeto IÁ-IÁ (Distrito de Setúbal), bem como a AJPAS (Amadora).

- **Medida 41 - Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos direitos humanos, direitos das crianças, saúde materno-infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.**

O Camões ICL destaca o cofinanciamento do Projeto para a Prevenção dos Casamentos Precoces e/ou Forçados na Guiné-Bissau – parceria FNUAP/ Ministério da Mulher, Família e Coesão Social, através do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas, com execução a cargo de ONG locais (Regiões de Gabú – 4 bairros, Tombali – 6 comunidades e Sector Autónomo de Bissau – 4 bairros) - resultados: 60 pais e encarregados de educação das meninas-adolescentes, professores, jornalistas, músicos, parteiras e professoras, foram formados e sensibilizados nos domínios de igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva e direitos humanos; 3.600 pessoas beneficiaram das campanhas de informação e sensibilização para o registo civil, inscrição nas escolas e nos cursos profissionalizantes das meninas-adolescentes. Estas campanhas foram realizadas através dos órgãos de comunicação social, das ONG e dos demais parceiros do projeto; mais de 1200 famílias com meninas-adolescentes (idade compreendida entre 10 e 17 anos) foram informadas e sensibilizadas, com o apoio das rádios locais, de grupos de animadores das ONG locais parceiras do CNAPN, para a inscrição das meninas-adolescentes; da selecção das famílias do ponto anterior, saíram 120 meninas-adolescentes, sendo 40 em cada uma das regiões que foram enquadradas pelo projeto, e que beneficiaram dos atos de registo civil; 9 parteiras e professoras de formação e com experiência confirmada em matéria de educação para a saúde e ensino/aprendizagem foram recrutadas,

recicladas e reconvertidas pelo projeto, para desempenhar o papel de mentoras-monitoras das meninas-adolescentes.

- **Medida 42 - Implementar um Projeto de Cooperação com a Guiné-Bissau para combate à MGF.**

Não foi cofinanciado nenhum projeto a desenvolver na Guiné-Bissau, no âmbito da Linha de Apoio às ONGD, dado que o único apresentado não preenchia os requisitos de candidatura.

#### IV - Grau de Execução do Plano: Síntese Avaliativa

Segundo os dados disponíveis, verifica-se, no período em apreço, que foram executadas 33 das 35 medidas previstas no III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017, calendarizadas especificamente para 2015 ou para “*Durante toda a vigência do Programa*”, o que corresponde a uma taxa de execução de 94,2%.

Nenhuma das 2 medidas para as quais não foi reportada ainda qualquer tipo de atividade (medidas 29 e 42), se encontra calendarizada especificamente no PAPEMGF para o ano de 2015, pelo que, sem falha de rigor, se poderá considerar, em 2015, uma execução de 100%.

##### Total de Execução do Programa de Ação em 2015

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	N.º de medidas previstas para 2015 ou “ <i>Durante toda a Vigência do Plano</i> ”	N.º de medidas executadas em 2015	Percentagem de medidas com execução 2015
1 - Prevenir	15	12	12	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	10	9	90,9%
4 - Conhecer	5	3	3	100%
5 - Cooperação	6	6	5	83,3%
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>94,2%</b>

## **Siglas Utilizadas**

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde  
ACM - Alto Comissariado para as Migrações  
AEGBL – Associação de Estudantes d Guiné-Bissau em Lisboa  
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde  
AMRT – Associação para a Mudança e Representação Transcultural  
APF - Associação para o Planeamento da Família  
ARS - Administração Regional de Saúde  
Camões ICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua  
CEDAW - Committee on the Elimination of Discrimination against Women  
CEJ – Centro de Estudos Judiciários  
CESNOVA - Centro de estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa  
CFAESEIXAL - Centro de Formação de Escolas do Concelho do Seixal  
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género  
CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante  
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante  
CNAPN - Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança  
CNPCJR - Comissão Nacional da Proteção das Crianças e Jovens em Risco  
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CPR- Conselho Nacional para os Refugiados  
CSM - Conselho Superior da Magistratura  
CSW - Commission on the Status of Women  
DGE - Direção Geral de Educação  
DGPJ – Direção- Geral de Política de Justiça  
DGS - Direção Geral da Saúde  
EIGE - European Institute for Gender Equality  
EPJ - Escola da Polícia Judiciária  
ESEL – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa  
ESS/IPS – Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal  
FCSH/UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População  
GAMS - Groupe pour l'abolition des mutilations sexuelles  
GATAI - Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes  
GTO LX – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa  
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP  
GAV – Gabinete de Apoio à Vítima  
MAI - Ministério da Administração Interna  
MGF - Mutilação Genital Feminina  
NLI - Núcleo Local de Inserção  
OGA – Obra Gay Associação  
OIM - Organização Internacional para as Migrações  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONG - Organização Não-governamental  
ONGD - Organização Não-governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas  
OPC – Órgãos de Polícia Criminal  
PAAI - Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante  
PAPEMGF – Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina  
PAPES - Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde  
PDS - Plataforma de Dados de Saúde  
PEI - Promoção do Empreendedorismo Imigrante  
PGR - Procuradoria-Geral da República  
RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral  
SEAPI – Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
SIMP - Sistema de Informação do Ministério Público  
SNS - Serviço Nacional de Saúde  
UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade  
UCSP - Unidade de Cuidados Saúde Personalizados  
ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano  
UMAR - União das Mulheres Alternativa e Resposta  
UNICEF - United Nations Children's Found